

Inovação no rural como coprodução situada: saberes locais, soluções tecnológicas e pesquisa-ação participativa

Coordenador (a): Cidonea Machado Deponti – PPGDR/UNISC

Apresentadores (as): Cidonea Machado Deponti – PPGDR/UNISC, César Adrián Ramírez-Miranda - Universidad de Chapingo – México e Magnus Daniel Pilger PPGDR/UNISC

Justificativa

A seção proposta apresenta forte alinhamento com o tema geral do congresso ao dialogar diretamente com questões centrais dos estudos rurais contemporâneos, como inovação no rural, agricultura familiar, sistemas agroalimentares, sustentabilidade, soberania alimentar e construção de políticas públicas territorializadas. Partindo da reflexão de Deponti (2023), compreende-se que a inovação na agricultura familiar não se reduz à difusão linear de tecnologias externas, mas assume formas situadas, nas quais agricultores e agricultoras constroem soluções tecnológicas adaptadas aos seus problemas concretos, aos recursos disponíveis e às especificidades dos territórios. Em articulação com Ramírez-Miranda, Chávez e Torres-Rivera (2020), essa perspectiva é ampliada ao entender a inovação como processo coletivo de coprodução de conhecimentos, vinculado à agroecologia, à soberania alimentar e à investigação-ação participativa.

Tal enfoque é particularmente pertinente ao congresso por favorecer uma leitura interdisciplinar e crítica do rural, reconhecendo os sujeitos do campo como protagonistas da criação, adaptação e circulação de saberes e alternativas sustentáveis. Do ponto de vista acadêmico, a seção contribui para aprofundar o debate sobre inovação para além de visões difusionistas, fortalecendo o diálogo entre sociologia rural, desenvolvimento regional, agroecologia e estudos sobre sistemas alimentares. No plano das políticas públicas e privadas, oferece subsídios para ações de extensão, assistência técnica, formação e apoio à agricultura familiar, ao defender políticas mais participativas e socialmente inclusivas. Assim, a proposta reforça a importância de compreender o rural como espaço de criação, aprendizagem e transformação social.

1. Inovação no rural, soberania alimentar e pesquisa-ação participativa: aproximações entre soluções tecnológicas e construção territorial de alternativas

O debate sobre inovação no rural tem sido, historicamente, fortemente influenciado por concepções oriundas da economia da inovação e por uma leitura linear da difusão tecnológica, centrada na transferência de técnicas, no aumento da produtividade e na modernização dos sistemas produtivos. Entretanto, essa chave interpretativa mostra-se insuficiente para compreender a complexidade dos processos inovativos na agricultura familiar e nos territórios rurais latino-americanos. Partindo do artigo de Deponti (2023) e do capítulo de Ramírez-Miranda, Chávez e Torres-Rivera (2020), esta apresentação busca discutir como a inovação no rural pode ser reinterpretada a partir de perspectivas territorializadas, participativas e socialmente situadas, nas quais ganham centralidade os saberes locais, a construção coletiva do conhecimento e a busca por soberania alimentar. Deponti demonstra que agricultores familiares desenvolvem respostas próprias para problemas produtivos concretos e, por isso, propõe distinguir conceitualmente inovação, novidade e solução tecnológica, sustentando que esta última categoria é mais adequada para explicar processos criados no cotidiano da agricultura familiar. No caso analisado pela autora, vinculado ao projeto “Aprender e Empreender no Campo”, as soluções tecnológicas são entendidas como respostas construídas pelos próprios

agricultores para garantir sua permanência no processo produtivo e sua reprodução social no meio rural.

O objetivo central deste trabalho é analisar o processo de inovação no rural a partir da articulação entre a noção de solução tecnológica, formulada por Deponti, e a perspectiva da soberania alimentar apoiada na investigação-ação participativa desenvolvida por Ramírez-Miranda e colaboradores. Busca-se, especificamente, demonstrar que a inovação rural não deve ser reduzida à introdução de artefatos ou pacotes tecnológicos externos, mas compreendida como processo social, técnico e político de coprodução de alternativas enraizadas nos territórios. Essa formulação permite deslocar o foco da inovação como mercantilização da técnica para a inovação como construção coletiva de respostas orientadas à autonomia, à sustentabilidade e à reprodução da vida no campo.

Do ponto de vista teórico, o trabalho toma como eixo, em primeiro lugar, a discussão conceitual desenvolvida por Deponti. A autora argumenta que o conceito schumpeteriano de inovação, embora importante, está mais adaptado aos processos industriais e mercantis e menos apto a explicar as criações desenvolvidas por agricultores familiares em seus contextos cotidianos. Nesse sentido, a noção de novidade, associada a Ploeg, avança ao enfatizar práticas emergentes, criadas localmente e vinculadas à resistência e à reconfiguração das formas de produzir. Ainda assim, Deponti defende que a categoria solução tecnológica é particularmente fecunda porque evidencia a intencionalidade prática dessas criações: trata-se de soluções formuladas diante de problemas concretos da produção e da vida rural, com vistas à permanência do agricultor e à viabilidade de sua unidade produtiva. A ênfase desloca-se, portanto, do caráter disruptivo ou da difusão mercantil da inovação para sua funcionalidade territorial, sua adequação contextual e sua capacidade de responder a necessidades vividas.

Em segundo lugar, incorpora-se a perspectiva de Ramírez-Miranda, Chávez e Torres-Rivera, para quem a soberania alimentar deve ser construída mediante processos de gestão territorial assentados na participação ativa de camponeses e indígenas, não apenas na execução, mas também no diagnóstico, na definição de prioridades e na formulação das alternativas. No caso dos Prototipos Regionales para la Soberanía Alimentaria y el Combate a la Pobreza, desenvolvidos no México entre 2017 e 2019, os autores mostram que a investigação-ação participativa permitiu desenhar protótipos de base agroecológica em distintas regiões, considerando as especificidades alimentares, territoriais e institucionais de cada contexto. Os resultados apontam para o fortalecimento de capacidades organizativas, técnicas e relacionais, tanto para produzir alimentos saudáveis voltados ao autoconsumo quanto para abastecer mercados locais. A conclusão central é que há amplas condições para sustentar transições rumo à soberania alimentar a partir da agroecologia e da pesquisa-ação participativa.

Metodologicamente, esta apresentação assume caráter teórico-analítico e interpretativo, baseado na leitura articulada de dois trabalhos que operam em escalas e contextos distintos, mas convergentes quanto à crítica à visão difusionista da inovação. De um lado, toma-se como base o artigo de Deponti, que utiliza revisão bibliográfica, oficinas online e presenciais, metodologias ativas e educação empreendedora no âmbito do projeto “Aprender e Empreender no Campo”, desenvolvido em Montenegro/RS. De outro, mobiliza-se o capítulo de Ramírez-Miranda e colaboradores, ancorado em uma experiência de investigação-ação participativa realizada em comunidades mexicanas, por meio de grupos interinstitucionais e interdisciplinares voltados à elaboração de protótipos regionais para a soberania alimentar. A estratégia analítica consistiu em identificar aproximações conceituais entre os dois trabalhos, especialmente no que se refere à centralidade dos sujeitos rurais na produção do conhecimento, à valorização dos saberes territoriais e à construção coletiva de alternativas técnicas e organizativas.

A principal contribuição da articulação entre esses autores é evidenciar que o processo de inovação no rural pode ser compreendido como coprodução situada de respostas, e não como simples incorporação de tecnologias exógenas. Em Deponti, as soluções tecnológicas emergem das experiências de agricultores familiares, de sua capacidade de observar problemas e formular respostas adequadas ao seu contexto. Em Ramírez-Miranda e colaboradores, os protótipos regionais constituem igualmente construções territoriais, elaboradas com base em processos participativos e orientadas por objetivos de soberania alimentar e combate à pobreza. Em ambos os casos, a inovação rural aparece associada à agência dos sujeitos do campo, à valorização dos conhecimentos locais, à construção de capacidades e à busca por alternativas sustentáveis. A diferença reside em que Deponti enfatiza a precisão conceitual entre inovação, novidade e solução tecnológica, enquanto Ramírez-Miranda insere essa construção em uma agenda mais ampla de transformação dos sistemas alimentares e de gestão territorial participativa.

As conclusões apontam que pensar inovação no rural a partir da América Latina requer romper com leituras centradas exclusivamente em produtividade, difusão tecnológica e competitividade de mercado. A partir de Deponti, compreende-se que muitas das mudanças significativas na agricultura familiar se materializam como soluções tecnológicas localmente construídas, úteis à reprodução social e econômica das famílias rurais. A partir de Ramírez-Miranda e colaboradores, entende-se que tais processos ganham maior densidade quando articulados à soberania alimentar, à agroecologia e à investigação-ação participativa, pois deixam de ser apenas respostas técnicas e passam a compor projetos coletivos de transformação territorial. Em síntese, a inovação no rural pode ser concebida como processo situado, relacional e político, produzido por sujeitos concretos em seus territórios, orientado não apenas pela eficiência, mas pela autonomia, pela sustentabilidade e pela produção de formas mais justas de viver e alimentar-se. Essa leitura amplia o horizonte analítico dos estudos rurais e oferece pistas importantes para políticas públicas voltadas à agricultura familiar, à extensão rural, à agroecologia e à construção de sistemas alimentares resilientes.

2. Soberania alimentar, agroecologia e inovação situada no rural: contribuições da investigação-ação participativa em diálogo com a noção de solução tecnológica

O presente trabalho tem por objetivo discutir o processo de construção da soberania alimentar em territórios rurais a partir da perspectiva da agroecologia e da investigação-ação participativa, tomando como base o capítulo de César Ramírez-Miranda, Chávez e Torres-Rivera (2020) e articulando-o com a reflexão conceitual proposta por Cidonea Deponti (2023) sobre inovação, novidade e solução tecnológica. A proposta parte do entendimento de que os desafios contemporâneos da alimentação, da produção agrícola e do desenvolvimento rural não podem ser enfrentados apenas por meio da difusão vertical de tecnologias ou da incorporação de pacotes técnicos externos. Ao contrário, exigem processos de construção coletiva de conhecimento, valorização dos saberes locais e fortalecimento da capacidade dos sujeitos rurais de definir problemas, formular respostas e construir alternativas territorializadas. No texto de Ramírez-Miranda e colaboradores, os protótipos regionais para a soberania alimentar são apresentados como instrumentos de gestão territorial elaborados por meio de uma experiência de investigação-ação participativa realizada no México entre 2017 e 2019, por uma equipe interinstitucional e interdisciplinar que buscou construir catorze protótipos voltados à soberania alimentar e ao combate à pobreza.

A apresentação busca sustentar que a contribuição central desse referencial está em compreender a soberania alimentar não apenas como diretriz normativa ou política, mas como processo territorial de construção de capacidades, articulação de atores e produção social de

alternativas. Nesse sentido, a aproximação com Deponti (2023) amplia a discussão ao permitir interpretar esses protótipos e experiências participativas também como formas de inovação situada no rural. No artigo de Deponti, o objetivo é discutir as diferenças entre os conceitos de inovação, novidade e solução tecnológica a partir do projeto “Aprender e Empreender no Campo”, desenvolvido em Montenegro, no Rio Grande do Sul. A autora argumenta que agricultores familiares desenvolvem soluções próprias para seus problemas produtivos e que a noção de solução tecnológica é mais aderente à realidade da agricultura familiar do que uma concepção estrita de inovação inspirada em Schumpeter, pois enfatiza respostas práticas construídas em contextos concretos para garantir a reprodução social dos agricultores e sua permanência no campo.

Com base nessa articulação, o trabalho tem como objetivos específicos: a) analisar o aporte da investigação-ação participativa para a construção de estratégias territoriais de soberania alimentar; b) demonstrar como a agroecologia e a participação dos sujeitos rurais redefinem o processo de inovação no campo; c) colocar em diálogo a ideia de protótipos regionais para soberania alimentar, trabalhada por Ramírez-Miranda, com a noção de solução tecnológica desenvolvida por Deponti; e d) refletir sobre as contribuições desse diálogo para a formulação de políticas públicas orientadas à agricultura familiar, aos sistemas alimentares sustentáveis e ao desenvolvimento rural.

O aparato teórico deste trabalho se organiza em torno de três eixos centrais. O primeiro é o da soberania alimentar, compreendida como perspectiva que desloca o debate da mera segurança alimentar para o direito dos povos de definir seus próprios sistemas alimentares, suas formas de produzir, distribuir e consumir alimentos, em estreita relação com seus territórios, culturas e modos de vida. No capítulo de Ramírez-Miranda e colaboradores, essa noção está associada à necessidade de construir alternativas regionais e territorializadas, capazes de enfrentar simultaneamente a pobreza rural, a fragilidade dos sistemas alimentares e a dependência de modelos agrícolas convencionais.

O segundo eixo é o da agroecologia, entendida não apenas como técnica produtiva, mas como base para formas mais sustentáveis, autônomas e territorialmente enraizadas de organização da produção e da alimentação. No texto de Ramírez-Miranda, a agroecologia aparece articulada à soberania alimentar como caminho para reconfigurar práticas produtivas, fortalecer circuitos locais e ampliar a autonomia de comunidades camponesas e indígenas. Essa perspectiva reforça a dimensão ecológica, social e política da transformação rural.

O terceiro eixo é o da inovação no rural, reinterpretada a partir de Deponti (2023). Ao discutir inovação, novidade e solução tecnológica, a autora argumenta que os processos criativos desenvolvidos por agricultores familiares nem sempre se enquadram adequadamente na concepção clássica de inovação, uma vez que não dependem necessariamente de ampla escala de mercado, padronização ou ruptura tecnológica. Muitas vezes, o que existe são respostas práticas, localmente construídas, orientadas a resolver problemas concretos e a assegurar a viabilidade social e produtiva da agricultura familiar. Essa formulação permite compreender a inovação no rural como coprodução situada de soluções, em diálogo com saberes locais e com as condições específicas dos territórios.

Metodologicamente, trata-se de um trabalho de natureza teórico-analítica e interpretativa, fundamentado na leitura articulada de dois referenciais empíricos e conceituais. De um lado, toma-se o estudo de Ramírez-Miranda, Chávez e Torres-Rivera, ancorado em uma experiência de investigação-ação participativa com comunidades camponesas e indígenas no México, orientada à formulação de protótipos regionais para a soberania alimentar. De outro, mobiliza-se o artigo de Deponti, construído a partir de revisão bibliográfica, oficinas online e presenciais, metodologias ativas e educação empreendedora no âmbito do projeto “Aprender e Empreender no Campo”.

A estratégia metodológica desta apresentação consistiu em identificar convergências analíticas entre os dois trabalhos, especialmente em quatro aspectos: i) a valorização dos sujeitos rurais como produtores de conhecimento; ii) a centralidade dos problemas concretos do território como ponto de partida da ação; iii) a construção coletiva de respostas técnicas, organizativas e territoriais; e iv) a crítica a visões lineares e exógenas da inovação e do desenvolvimento rural. A articulação proposta não busca apagar as diferenças entre os autores, mas evidenciar que ambos contribuem para uma leitura do rural como espaço de criação, aprendizagem e produção de alternativas socialmente situadas.

Os resultados da análise indicam que a experiência trabalhada por Ramírez-Miranda pode ser lida, em diálogo com Deponti, como expressão de uma inovação territorial participativa. Os protótipos regionais para a soberania alimentar não são apenas instrumentos técnicos; constituem dispositivos de gestão territorial que emergem da interação entre conhecimento científico, saber local, organização social e diagnóstico compartilhado dos problemas. Nesse sentido, a investigação-ação participativa opera como meio para produzir conhecimento com os sujeitos e não apenas sobre eles, fortalecendo sua capacidade de agência e sua participação na definição dos rumos do desenvolvimento rural.

Ao ser articulada com a noção de solução tecnológica, essa experiência permite sustentar que a inovação no rural é mais bem compreendida quando observada em sua dimensão prática, relacional e territorial. Tal como propõe Deponti, as soluções construídas por agricultores e agricultoras não precisam ser lidas apenas como inovações no sentido convencional, mas como respostas eficazes, apropriadas e contextualizadas. No caso mexicano, os protótipos regionais funcionam justamente como soluções coletivas e territorializadas, desenhadas para responder a problemas alimentares, produtivos e sociais a partir das capacidades locais e da participação ativa das comunidades.

As conclusões do trabalho apontam que a contribuição de César Ramírez-Miranda para o debate rural contemporâneo reside na defesa de uma perspectiva em que soberania alimentar, agroecologia e investigação-ação participativa se combinam como fundamentos de uma gestão territorial transformadora. Em diálogo com Cidonea Deponti, torna-se possível aprofundar essa contribuição ao demonstrar que tais processos também configuram formas específicas de inovação no rural, marcadas pela produção coletiva de conhecimento, pela territorialização das respostas e pela valorização dos saberes dos sujeitos do campo. Assim, o rural não aparece como espaço de atraso ou mera recepção de técnicas externas, mas como lugar de experimentação, criação e construção de alternativas.

Em síntese, a apresentação sustenta que a soberania alimentar, quando articulada à agroecologia e à investigação-ação participativa, amplia o entendimento da inovação rural e oferece bases importantes para políticas públicas mais territorializadas, participativas e inclusivas. Ao reconhecer camponeses, indígenas e agricultores familiares como sujeitos ativos da transformação, essa perspectiva contribui para repensar a extensão rural, a assistência técnica, as políticas alimentares e as estratégias de desenvolvimento, orientando-as menos pela lógica da transferência e mais pela lógica da coprodução de soluções. Trata-se, portanto, de uma agenda teórica e política especialmente fecunda para os estudos rurais latino-americanos.